

PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO: CRIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A PRÁTICA ALFABETIZADORA.

Rita de Cássia Angelo da Silva; Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza; Joseane Maria Araújo de Medeiros.

*Instituto Federal de Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte
ritinhaangelo@gmail.com*

Resumo: Temos o objetivo de apresentar o Programa Mais Alfabetização, fazendo articulação com um relato de experiência numa Escola Municipal do interior do Rio Grande do Norte. Na explanação do programa, buscou-se contextualizar épocas vividas pela educação, bem como, o contexto atual pelo qual o contexto educacional se apresenta no século XXI, assim sendo, iremos tratar também de algumas metas da educação objetivos, dos quais, o programa em tese, contribui para a realização. Nesse percurso, iremos abordar uma discussão ampla sobre a proposta defendida pelo programa de alfabetização. No desenvolvimento do estudo, foi adotada a pesquisa-ação, tendo como respaldo a experiência desenvolvida no contexto escolar. Desse modo, envolvemos a pesquisa mediada por atividades de prática de alfabetização para melhoria de índices de leitura e escrita na escola. Ações e estratégias do programa foram e são bem-vindos e fundamentais para a realização do desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança, para o cumprimento das metas elencadas no projeto político pedagógico da escola e afins, por isso, a pesquisa-ação significou muito no contexto de sala de aula, pois foi possível reconhecer a situação de maneira reflexiva e interventiva no processo de ensino. A pesquisa-ação é concebida por meio de um grupo social, tendo como objetivo o aprimoramento de caminhos e orientação, baseia-se, portanto em reflexão, questionamentos e ação, exercício de um trabalho justo, colaborativo e interventivo. Portanto, o Mais Alfabetização se caracteriza como fortalecedor das atividades desempenhadas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Mediação, Alfabetização, Aprendizagem.

Introdução:

Desde a colonização portuguesa no Brasil, período em que a educação baseava-se em instrução pelos jesuítas, havia um método de ensino rígido e nada crítico no que diz respeito à emancipação por parte dos alunos, nesse discurso, atualmente, há a predominância de um ensino mecanizado, repetitivo e descontextualizado, mesmo que estejamos vivendo numa sociedade múltipla e diversificada, em que as exigências sociais ganham força cada vez mais. Frente às novas demandas sociais, a educação fundamenta - se, ou, pelo menos, deveria se fundamentar em ação sistemática pelos seus integrantes para enquadrar-se à nova era globalizada. A presente pesquisa dedica - se a tratar de políticas educacionais necessárias para alcançar alfabetização e letramento significativos, no cerne do objeto central, fazer apologia ao Programa Mais Alfabetização, apresentando sua função e resultados em sala de aula.

O Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

É mais que articulador, o fato de que o referido programa Mais Alfabetização fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, pois torna as metas educacionais embrincadas num processo correspondente com relação aos seus objetivos.

As políticas educativas são meios sistemáticos que partem de problemáticas inerentes às questões da Educação. Por meio delas são estabelecidos mecanismos que valorizam o processo de trabalho do professor, da equipe de educação em geral.

Maués (2003), defende que:

As políticas educacionais estão dentro do Marco da reforma do estado e são consideradas na ótica do caráter instrumental, subordinadas a lógica Econômica, tendo em vista, a necessidade de adequar os países as exigências impostas pela globalização e incluí-los na nova ordem econômica mundial nesse sentido as políticas educacionais brasileiras, como políticas concedidas pelo governo em relação às exigências dos organismos internacionais tem colocado em destaque quatro eixos; gestão de qualidade, financiamento e aperfeiçoamento docente, entorno de cada eixo desenharam se programas. (p. 38).

O autor deixa bem claro da real utilização da política pública como fator interventivo na sociedade, e, em se tratando de educação, a implementação organizada dos membros de Educação para a superação de índices de aprendizagem, ganha visibilidade e contribuição nos processos de trabalho educativo.

Metodologia:

A pesquisa escolhida para desempenhar os objetivos do estudo foi a pesquisa ação porque buscou-se refletir sobre um dado contexto escolar, no que se refere a índices de leitura e escrita e manifestações da linguagem, letramento, ou seja, alfabetização e a partir desses pontos, foram observados índices elevados de crianças ainda com o desenvolvimento da aprendizagem inferior ao nível que deveria se encontrar, por isso, fez-se necessário a elaboração de práticas alfabetizadoras.

O trabalho foi construído com os fundamentos metodológicos da pesquisa-ação. Essa pesquisa é organizada a partir de um campo de investigação acerca de um assunto. Assim sendo, o trabalho tem como assunto principal apresentar o programa Mais Alfabetização e descrever meios para superação dos problemas evidenciados no processo investigativo da pesquisa-ação

De acordo com KEMMIS e MC TAGGART, (1988).

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa. (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

Nesse sentido, Elliot pronuncia que a pesquisa-ação não se dá através de ações individuais, mas é permeada de um senso coletivo e pela tomada de reflexão sobre estratégias para transformar os diagnósticos existentes nas problemáticas e conflitos averiguados inicialmente no campo de investigação. Sobre a questão, ela suscita na citação a seguir:

A pesquisa-ação não deve ser confundida com um processo solitário de auto-avaliação; mas, sim, como uma prática reflexiva de ênfase social que se investiga o processo que se quer investigar sobre ela, a pesquisa-ação é um processo que se modifica continuamente em **espirais de reflexão e ação**, onde cada espiral inclui: Aclarar e diagnosticar uma situação prática ou um problema prático que se quer melhorar ou resolver; formular, estratégias de ação; Desenvolver essas estratégias e avaliar sua eficiência; Ampliar a compreensão da nova situação; Proceder aos mesmos passos para a nova situação prática. (p. 17).

Por suas características inerentes ao processo de trabalho de alfabetização, dentro do campo de investigação, a referente pesquisa contribuiu fortemente para os objetivos no desenvolvimento de modificação da realidade em estudo. Foi possível a elaboração de um diagnóstico reflexivo e construção de meios para superação dos conflitos identificados.

Resultados:

O trabalho foi realizado em uma turma de primeiro ano (com 21 alunos) do ensino fundamental, e em outra do segundo ano (com 14 alunos). No começo foi observado o nível de aprendizagem das crianças, em leitura e escrita, e Matemática.

Desse modo, o meio de investigação se deu a partir da aplicação de prova diagnóstica – que faz parte das especificidades da política do programa, esta avaliação, permitiu o conhecimento dos alunos no que se refere a alfabetização e letramento, assim, foram criadas estratégias nas duas turmas para que o objetivo de alfabetização fosse contemplado com atividades de prática de alfabetização, e que tornasse a sala de aula um ambiente de aprender se divertindo, fugindo das práticas de alfabetização mecanizadas, fundamentadas na repetição.

A contação de história ganhou espaço dentro da sala de aula, pois as crianças gostam de ouvir novas histórias sempre, gostam de interagir, de comentar, apresentar hipóteses, amam fazer parte do processo de desenvolvimento de sua aprendizagem. A literatura, por sua vez, permite

a evolução da inteligência na criança, pois faz com que ela imagine e crie estratégias para desvendar os conflitos das histórias, conseguem antecipar fatos, e etc. Além disso, o material literário apresenta a escrita e remete a leitura, como também dá ao professor a oportunidade de trabalhar os números por meio das fases da narração, então tanto pode-se trabalhar com os números, como sequência, números ordenais, compreensões de soma e subtração, dentre outros assuntos da matemática.

Durante a pesquisa foi importante estar sentando com os professores titulares e coordenador acerca de novas formas de ensino para o alcance da alfabetização dos alunos, visto que estes se enquadravam num nível de fragilidade no seu desenvolvimento na escola. Dessa forma, tratamos de distribuir meios de alfabetizar letrando os alunos, a partir do trabalho com a cultura escrita em situações presentes na rotina de cada sala de aula.

Diariamente, os crachás com os nomes dos alunos são elementos de referência para a construção de novos conhecimentos, os alunos ganham o reconhecimento de sua identidade, pois o professor titular e assistente de alfabetização remetem a ele constantemente, e também aos nomes de seus colegas. Isso foi bastante divertido e principalmente essencial para a aprendizagem. Outras estratégias foram a distribuição de números ordenais na hora de lanche, para a compreensão de primeiro, segundo, e assim sucessivamente; a segunda foi o bingo de letras e sílabas – os alunos tiveram satisfação com essas atividades, aprendem significando situações recorrentes ao conteúdo em estudo.

Para sustentar o princípio de alfabetização e letramento desempenhados de forma articulada, é imprescindível reconhecer importância ao que diz Soares (2004) sobre o assunto:

Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que ela aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita: substituindo as tradicionais e artificiais cartilhas por livros, por revistas, por jornais, enfim, pelo material de leitura que circula na escola e na sociedade, e criando situações que tornem necessárias e significativas práticas de produção de texto. (p. 3).

Do direito à educação, o Ministério da Educação e Cultura compactua com as ideias do Programa Mais Alfabetização ao pronunciar que:

Reconhecer que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição, é de extrema importância para que os sujeitos tenham bem como reconhece que a responsabilidade pela alfabetização das crianças deve ser acolhida por docentes, gestores, secretarias de educação e instituições formadoras como um imperativo ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa.

É alfabetizado em Língua Portuguesa, o sujeito que conhece a função do sistema alfabético de escrita, ou seja, a pessoa que desenvolve a autonomia sobre a leitura e a utiliza de forma apropriada, com aquisição de estratégias de entendimento, e por assim consegue produzir textos, no campo da matemática, ocorre do mesmo jeito, é necessário desenvolver o raciocínio lógico, representar, comunicar, argumentar e se sobressair de conflitos durante a aprendizagem e nas situações do dia a dia.

Uma das diretrizes bastante importante do Programa é a compreensão de que o ser criança possui características, identidades e desenvolvimento singularizado, do qual é permeado de fatores internos e externos do seu meio, por isso, cada criança possui suas especificidades e se desenvolve de maneira e ritmos diferentes, no mais, tem o princípio da autonomia no seu processo, do qual dá a criança oportunidade para expressar, interagir nas atividades alfabetizadoras realizadas pelo professor titular e pelo (a) assistente de alfabetização vinculado (a) ao programa.

O Programa Mais Alfabetização cumpre a determinação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017), quando diz que, nos dois primeiros anos do ensino fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades, para que os alunos apropriem-se do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

O recente Programa busca alicerçar as escolas no que se refere à organização de atividades de cunho alfabetizador, atividades que tenham o princípio de mediação, desenvolvimento da linguagem, e aspectos de saberes de leitura e escrita articulados ao processo de letramento. Alunos de 1º e 2º ano do ensino fundamental são lecionados pelos princípios do programa, com eles são trabalhados assuntos pertinentes ao exercício de leitura e escrita, junto ao letramento por meio do contato com os vários gêneros textuais; bilhete, cartaz, convite, jornal, anúncio, dentre outros, e também o desempenho do cálculo matemático.

As unidades escolares vulneráveis seguem os seguintes critérios: I - em que mais de 50% dos estudantes participantes do SAEB/ANA tenham obtido resultados em níveis insuficientes nas três áreas da referida avaliação (leitura, escrita e matemática); e II - que apresentarem Índice de Nível Socioeconômico muito baixo, baixo, médio baixo e médio, segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

As raízes do Programa mais alfabetização se deu com o princípio de trabalho das secretarias de educação, tendo como orientação o a força de sua gestão das unidades educativas, a partir da investigação dos rumos das aprendizagens e da formação docente, do professor alfabetizador, nesse entendimento, foi elencado o Programa Mais alfabetização para que um

assistente complementasse o trabalho pedagógico do professor titular e contribuísse para as metas de trabalhos para os alunos de primeiro e segundo ano (anos iniciais).

Uma reflexão histórica acerca do processo alfabetizador no Brasil revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e conseqüentemente metodológicas, atualmente parece que de novo estamos enfrentando um desses momentos de mudança, é o que pronuncia o questionamento a que vem sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nas últimas três décadas pesquisas têm identificado problemas nos processos e resultados na alfabetização de crianças no contexto escolar.

Além de insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores motivando propostas das teorias e práticas atuais de alfabetização - um momento como este é sem dúvida desafiador porque estimula a revisão dos caminhos já trilhados e a busca de novos caminhos, mas é também ameaçador porque pode conduzir uma rejeição simplista dos caminhos trilhados.

Discussão:

A escola pública, em sua maioria, carrega as marcas severas das várias realidades por todo o Brasil, conflitos sociais presentes a todo custo. Nesse embate é nítido o quanto os direitos são esquecidos, a começar por um desses direitos, e se refletirmos, o mais promissor para a vida do sujeito, para sua realização, transformação que é a educação, no entanto, isso nos faz enxergar, professores primeiramente, as deficiências diversas dos contextos escolares e por assim tratar do valor dos projetos e programas educacionais para melhoria do ensino, formação dos Professores, melhoria na aprendizagem e intensificação dos índices de educação inclusive o índice de desenvolvimento da Educação Básica

Isso posto, é acessível retratar da contribuição do programa Mais Alfabetização para a superação de alguns conflitos que parecem irreversíveis, mas com compromisso e busca coletiva dos educadores é possível reverter situações de conflitos a começar por questões de alfabetização: aprimoramento de escrita e leitura, interpretação de texto conhecimento alfabetização para a formação crítica e responsável para com a sociedade.

De acordo com Soares (2004):

Alfabetização e letramento se somam. Ou melhor, a alfabetização é um componente do letramento. Considero que é um risco o que se vinha fazendo ou se vem fazendo, repetindo-se que a alfabetização não é apenas ensinar a ler e escrever desmerecendo assim de certa forma a importância de ensinar a ler e a escrever. É verdade que esta é uma maneira de reconhecer que não basta saber ler e escrever, mas, ao mesmo

tempo, pode levar também a perder-se a especificidade do processo de aprender a ler e a escrever, entendido como aquisição do sistema de codificação de fonemas e decodificação de grafemas, apropriação do sistema alfabético e ortográfico da língua, aquisição que é necessária, mais que isso, é imprescindível para a entrada no mundo da escrita. Um processo complexo, difícil de ensinar e difícil de aprender, por isso é importante que seja considerado em sua especificidade. Mas isso não quer dizer que os dois processos, alfabetização e letramento, sejam processos distintos; na verdade, não se distinguem, deve-se alfabetizar letrando. (p. 3)

As considerações de Soares com relação a aquisição de leitura e escrita bem como o apropriação desses elementos para as práticas sociais são de fundamental importância para atuação na vida em sociedade, letramento e alfabetização, deve-se, portanto, serem vistos como competências que a escola deve desenvolver na criança de maneira associada. É preciso anular concepções retrógradas, vazias de alfabetização considerando-a como um processo construtivo de aprendizagens dos códigos de escrita articulado ao letramento, segundo a autora desenvolvido no aluno por meio da contextualização da alfabetização, por meio da apresentação de diferentes gêneros textuais, elementos da cultura escrita, ações que remetam a expressão comunicacional para que ela desenvolva socialmente e se utilize de um fator importante nesses dois processos de alfabetização e letramento que é o uso da fala, o que vale dizer que é o som da cultura social da escrita representada através de seus códigos, ou seja, as letras.

Quanto a isso, Soares (2004) ainda fala:

Parece óbvio que devem ser priorizados, para as atividades de leitura, gêneros que mais frequentemente são lidos nas práticas sociais, e para as atividades de produção de texto, gêneros mais frequentes ou mais necessários nas práticas sociais de escrita Estes não coincidem inteiramente com aqueles já que os gêneros que as pessoas leem mas nunca ou raramente escrevem e os gêneros que as pessoas não leem mas também escrevem, por exemplo, rótulos de produtos são textos que devemos aprender a ler mas certamente não precisaremos aprender a escrever assim a adoção de critérios bem fundamentados para selecionar quais gêneros devem ser trabalhados em sala de aula para a leitura e para a produção de textos, tende afastar aos aspectos negativos que uma invasão excessiva indiscriminada de gêneros e portadores sem dúvidas tem. (p 8).

Nessa direção a mesma autora vem enfatizar a necessidade de selecionar atividades de leitura, gênero textuais que mais são utilizados pela pessoas no meio social para que ela tenham a compreensão da representação cultural do sistema de escrita. Dessa maneira a autora defende a importância de se trabalhar rótulos de produtos, pois são textos que as crianças devem aprender e precisam fazer esse trabalho de critérios dos gêneros textuais a serem trabalhados em contexto de sala de aula.

Conclusões:

Esta pesquisa foi significativa, pois reafirmou a gigante importância da Alfabetização para a formação das pessoas e sua utilização na sociedade. Assim, o tratamento de assuntos de educação sempre é um meio de mostrar a educação como direito de todos, e que ela deve ser de qualidade para o desenvolvimento do homem.

Em virtude dessas considerações, o trabalho ainda trouxe a discussão e apologia aos princípios inerentes ao Programa mais Alfabetização, com isso obteve-se alta contribuição da pesquisa-ação para o processo de investigação, criação de estratégias para mediar os conflitos de aprendizagem e a continuidade de um trabalho sistemático.

A pesquisa foi essencial para a compreensão de que políticas públicas são cada vez mais bem-vindas no contexto educacional, pois é uma área que abrange inúmeros problemas advindos de fatores sociais, políticos e até mesmo pedagógicos. É importante que as autoridades governamentais sempre estejam reformulando essas políticas públicas no sentido de aperfeiçoamento do processo de trabalho da educação.

Além disso, faz-se necessário, cada vez mais, compromisso por parte das instâncias superiores sobre o campo da educação, pois somente com a educação de qualidade conseguimos avançar os índices educacionais através da formação de cidadãos críticos e ativos da sociedade, que possam cobrar seus direitos e possam viver no atual mundo globalizado com autonomia, criticidade e responsabilidade.

O programa Mais Educação é, sem dúvidas, um programa eficaz pois complementa o trabalho do professor de sala de aula com atividades alfabetizadoras - isso remete aos objetivos inerentes ao processo de trabalho da educação, desde o projeto político pedagógico da escola dos quais são traçadas metas e direitos a serem atingidos, até as leis mais abrangentes que falam de objetivos para educação inclusive e principalmente do aspecto de apropriação da cultura escrita e letrada.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1988.

_____. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Vamos brincar de reinventar histórias: ano 03, unidade 04, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

COELHO, N. N. **O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos.** São Paulo: Paulinas, 2003.

ELLIOT, John. **Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio.** São Paulo, 2003.

GERARDI, Corinta Maria Crisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor (a)- pesquisador(a).** Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras.** São Paulo: Cortez, 1999.

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. **Como planificar la investigación-acción.** Barcelona: Laertes, 1988.

MAUÉS, O. **Os organismos internacionais e as políticas educacionais o Brasil.** In: GONÇALVES, L. A. O. *Currículo e políticas públicas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

portal.mec.gov.br – Acesso em 18 de agosto de 2018, às 18:00.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos.** **Pátio – Revista Pedagógica.** Porto Alegre.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** UFMG, centro de alfabetização, leitura e escrita, Revista Brasileira de Educação n° 25, 2004.